

Indicadores Sociais 2005

INDICADORES SOCIAIS – EDIÇÃO DE 2005

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza nesta data a edição de 2005 da publicação *Indicadores Sociais*, que divulga anualmente a principal informação estatística de carácter social.

A publicação *Indicadores Sociais* tem por objectivo a divulgação anual da informação estatística de âmbito social. A edição de 2005, encontra-se organizada em onze capítulos temáticos, contendo os indicadores mais relevantes em cada domínio e uma breve análise dos mesmos. Em alguns capítulos apresentam-se indicadores para a União Europeia (UE25), possibilitando, assim, um enquadramento relativo para a situação portuguesa. O conteúdo da publicação encontra-se igualmente disponível no *site* do INE: .



http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=163

População idosa continua a aumentar, prevendo-se que possa vir a representar 32% da população em 2050

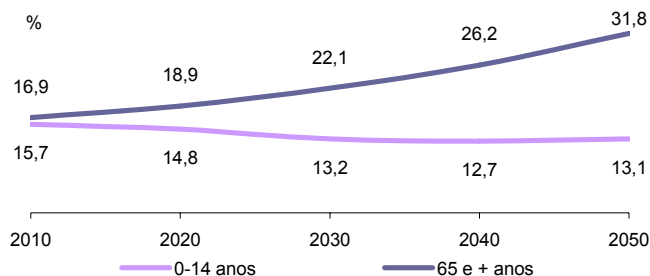
Em 2005 a população residente em Portugal aumentou 0,4%, estimando-se que tenha atingido em 31 de Dezembro desse ano, 10569,6 mil indivíduos. O crescimento que se tem vindo a registar ao longo da última década apresenta uma tendência de abrandamento desde 2003, em consequência do comportamento dos saldos naturais — quase nulos em 2003 e 2005 — e da diminuição dos saldos migratórios.

No que se refere à estrutura da população por sexo e por idade, as estimativas de população residente para o ano de 2005 revelam um ligeiro aumento do número de indivíduos do sexo masculino — que se reflecte na relação de masculinidade: por cada 100 mulheres existiam 93,8 homens em finais de 2005 face a 93,7 em 2004 — e o progressivo aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos) no total da população, representando cerca de 17% do total, face à população jovem (população com menos de 15 anos), que representava apenas 15,6%. Em consequência, o índice de envelhecimento aumentou, em 2005, para 110 idosos por cada 100 jovens (109 em 2004), situando-se o índice mais elevado na região do Alentejo (171) e o mais baixo na Região Autónoma dos Açores (63). Por outro lado, o índice de juventude da população em idade activa baixou, no último ano, para 110

indivíduos entre os 15 e os 39 anos por cada 100 dos 40 aos 64 anos; este rácio era de 120 indivíduos no início da década (2000).

Considerando o cenário base das projecções de população residente no horizonte 2010-2050, a situação de envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da proporção da população idosa no total da população residente, irá continuar, quase duplicando nos próximos 40 anos, atingindo, em 2050, 32% do total da população, contra apenas 13% de jovens. Em resultado desta situação, o índice de envelhecimento situar-se-ia em 243 idosos por cada 100 jovens.

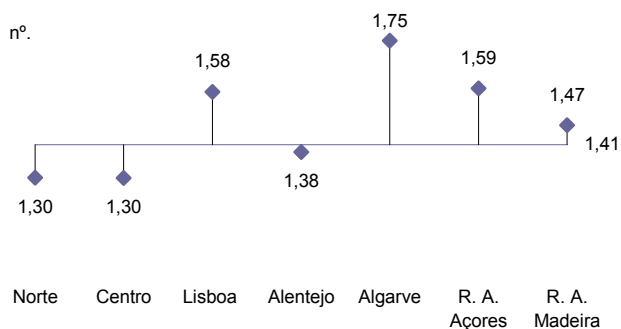
Proporção de jovens e idosos no total da população, Portugal, 2010-2050



Fonte: INE, Projecções de População Residente (cenário base), 2010-2050

Esta tendência enquadra-se na evolução demográfica dos restantes Estados membros da União Europeia (UE 25), apontando as projecções de população divulgadas pelo Eurostat para a duplicação do peso de pessoas idosas em meio século (1995-2050), o qual passaria de 15% para 30%. Segundo as mesmas projecções, o índice de envelhecimento da UE (25) situar-se-ia em 223 idosos por cada 100 jovens, em meados do presente século.

Índice Sintético de Fecundidade, NUTS II, 2005



Fonte: INE, Estimativas de População Residente e Estatísticas Demográficas

O número de nados-vivos registou um ligeiro aumento entre 2004 e 2005 (0,1%). O índice sintético de fecundidade eleva-se à média de 1,41 crianças por mulher, com o Algarve a registar o valor mais elevado (1,75), enquanto que o Norte e o Centro detêm os menores índices (1,30). No que se refere às taxas de fecundidade por idades, observa-se um decréscimo generalizado até aos 29 anos, aumentando a partir dos 30 anos, e especialmente entre os 35 e os 39 anos, evidenciando o retardamento do fenómeno.

O aumento da longevidade continua a marcar a evolução demográfica, com a esperança média de vida à nascença a situar-se, no último ano, nos 74,9 anos para os homens e nos 81,4 anos para as mulheres; assim, ao atingir a idade de 65 anos, as mulheres podem ainda esperar viver em média 19,5 anos e os homens 16,2 anos.

25% dos casamentos celebrados em 2005 resultaram de residência anterior comum

A análise da dimensão das famílias permite verificar que, em 2005, predominavam, a nível nacional, as famílias

Indicadores Sociais – 2005

com 2 pessoas (28%) e 3 pessoas (27%). Nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, predominavam as famílias com 2 pessoas; as famílias unipessoais representavam 20% do total. Nas Regiões Autónomas, as famílias mais numerosas eram ainda bastante relevantes: as famílias com 5 e mais pessoas representavam 20% do total. Essa proporção não ultrapassa os 6% em Lisboa, no Alentejo e no Algarve.

As famílias com filhos tendem a diminuir (57,8% em

2005), sendo que as que tinham um filho aumentaram ligeiramente a sua importância relativa, enquanto que a proporção das que tinham 2 ou mais filhos diminuiu de 29% em 2000 para 26% em 2005.

De um modo geral, as alterações ao nível da nupcialidade e divorcialidade observadas nos últimos anos tendem a manter-se, destacando-se a diminuição do número de casamentos (-1% em 2005 e -24% desde 2000), especialmente os celebrados de forma católica (-4,6% entre 2004 e 2005). Considerando o total de casamentos em 2005 (48 671), cerca de 19% não constituíram casamentos de 1ª ordem. A análise do indicador de primeira nupcialidade revela um declínio progressivo nos últimos anos (-29% entre 2000 e 2005), tendência inversa à observada nos casamentos celebrados com residência anterior comum, que aumentaram 42% naquele período passando a representar 25% do total de casamentos, em 2005. Ainda neste contexto, refira-se o aumento da proporção de casamentos com filhos, comuns e não comuns (26,1% em 2005 contra 15,6% em 2000).

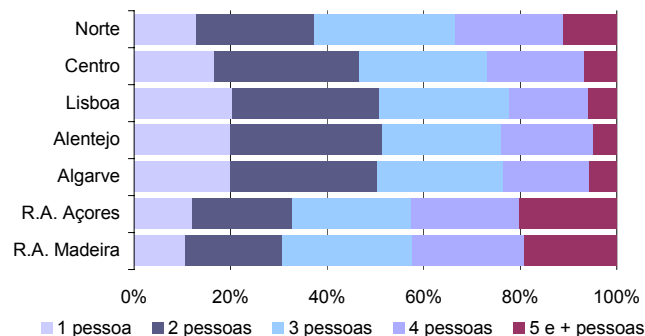
A taxa bruta de nupcialidade diminuiu de 6,2‰, em 2000, para 4,6‰, em 2005. Apesar de se ter verificado o mesmo comportamento em todas as regiões, a análise das taxas por NUTS II evidencia algumas diferenças. O Norte e as Regiões Autónomas registavam taxas acima do valor nacional, destacando-se a Região Autónoma dos Açores com 6,2 casamentos por 1000 habitantes, em contraste com o Alentejo e o Algarve, com as taxas mais baixas (4,0‰).

A taxa bruta de divórcio, por seu lado, registou um ligeiro declínio (2,1‰ em 2005), quando comparada com o ano anterior (2,2‰). A nível regional, a região de Lisboa registou a taxa mais elevada (2,7 divórcios por cada mil habitantes) e o Norte a taxa mais baixa (1,9‰).

A idade média ao casamento continua a aumentar em ambos os sexos: 31,3 anos para os homens e 28,9 anos

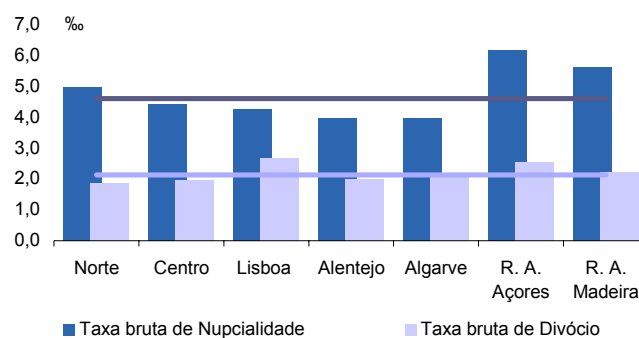
Indicadores Sociais – 2005

Estrutura das famílias por dimensão média, NUTS II, 2005



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Taxas Brutas de Nupcialidade e de Divórcio, Portugal e NUTS II, 2005



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

para as mulheres, em 2005. Quando medida ao primeiro casamento, a idade média dos homens situava-se nos 28,9 anos e a das mulheres nos 27,3 anos. A idade média ao divórcio baixou quase dois anos entre 2004 (41,7 anos) e 2005 (39,8 anos).

Diplomados do ensino superior ultrapassam os 70 mil no ano lectivo 2004/2005

Em 2004, a despesa pública em educação representava 7,3% do Produto Interno Bruto, revelando uma ligeira subida em relação ao ano anterior e, especialmente, em relação ao início da década.

A percentagem de indivíduos entre os 25 e os 64 anos em aprendizagem (formal ou informal) foi de 4,1%, um valor inferior ao da União Europeia (25) que atingiu os 11% no mesmo ano. Também a percentagem de jovens entre os 20 e os 24 anos que concluíram pelo menos o ensino secundário, quando comparada a União Europeia, regista valores inferiores: cerca de 45% em Portugal contra 77% na União Europeia, verificando-se, contudo, um acréscimo bastante significativo de 8 pontos percentuais em Portugal. As mulheres que naquelas idades tinham completado o ensino secundário representavam 56,6% (79,5% na UE) enquanto que nos homens, essa proporção era de 40,4% (74,4% na UE).

O número de alunos matriculados no ensino básico regular continua a diminuir, sendo esse fenómeno mais evidente nos 2º e 3º ciclos. Por outro lado, a proporção das matrículas efectuadas em estabelecimentos de ensino privado, tende a aumentar representando 11% do total no ano lectivo 2004/2005. Essa proporção era de 9% no ensino secundário regular, revelando um decréscimo de mais de 50% desde 2002/03, quando as matrículas no ensino privado representavam cerca de 19% do total.

Os alunos matriculados no ensino recorrente prosseguem igualmente um movimento descendente em praticamente todos os níveis de ensino, especialmente no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, em relação ao último ano em análise (2004/2005). Contudo, ao analisar os últimos cinco anos, verifica-se que o número de matrículas no ensino secundário aumenta a sua importância relativa face ao total: em 2000/2001, essa proporção era de 57%, passando para 65,3% em 2004/2005, revelando um aumento dos níveis escolares.

No que se refere ao ensino superior, o número de alunos matriculados apresenta uma descida de -3,7%, entre 2003/04 e 2004/05, enquanto que o número de diplomados em cada ano lectivo continua a aumentar, embora com uma intensidade inferior à observada nos últimos anos. No ano lectivo 2004/2005, o total de diplomados do ensino superior ultrapassou os 70 mil indivíduos, dos quais cerca de 65% eram do sexo feminino. Os diplomados em estabelecimentos de ensino privado contrariam esta tendência, revelando uma quebra de 5% entre 2000 e 2005 (no último ano representavam 30% do total de diplomados).

Indicadores Sociais – 2005

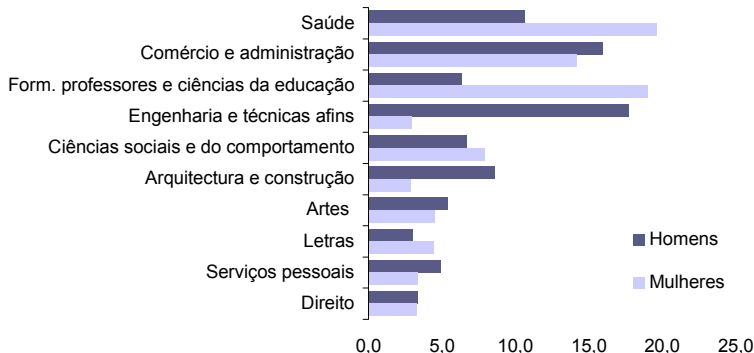


Portugal acolhe, em Agosto de 2007, o maior congresso mundial na área da Estatística: a Sessão Bienal do *International Statistical Institute*, numa organização do INE com o apoio de diversas entidades.

Toda a informação em www.isi2007.com.pt

4/12

Número de diplomados no ensino superior, por sexo e principais ramos de ensino, Portugal, 2004/2005



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, OCES

Uma análise aos principais ramos de ensino segundo o género, permite verificar que as mulheres predominam nos cursos de *Saúde*, *Formação de professores e ciências de educação*, *Ciências sociais e do comportamento* e nas *Letras*, enquanto que os homens são mais significativos nos cursos de *Comércio e administração*, *Engenharia e técnicas afins*, *Arquitectura e construção* e nos *Serviços pessoais*.

Taxa de desemprego atinge os 7,6% e é mais elevada nas mulheres, nos jovens e no Alentejo

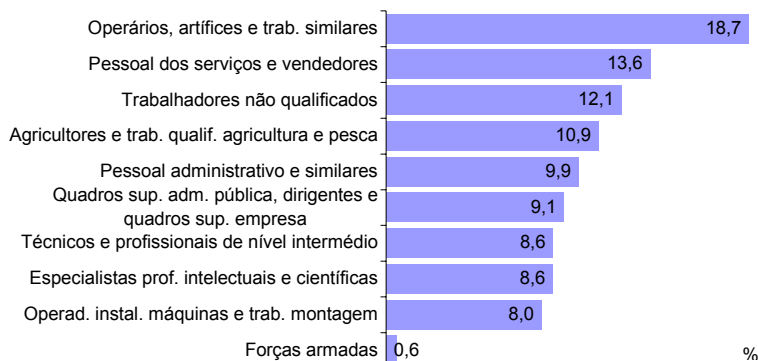
Em 2005, a população activa registou um aumento de 1,0%, resultando numa taxa de actividade de 52,5% (em relação à população total).

A população empregada mantém-se nos 5 122 mil indivíduos desde 2004, com crescimento quase nulo entre 2003 e 2005. A população empregada com menos de 25 anos continua a perder importância relativa (-24% entre 2000 e 2005), juntando-se-lhes, a partir de 2004, todos os outros grupos etários até aos 44 anos; os empregados com 45 e mais anos aumentaram 2% entre 2004 e 2005 e representavam, no último ano, quase 40% do total.

Analisando por sector de actividade, prossegue a diminuição de emprego nos sectores primário e secundário, enquanto que o terciário continua a aumentar, embora com menos intensidade do que nos anos anteriores, abrangendo 57,6% do total de empregados em 2005.

Os *Operários, artífices e trabalhadores similares* continuam a representar o grupo mais significativo da população empregada, embora com uma diminuição de 13% face a 2000. Para além desta, também o pessoal das *Forças armadas* e os *Trabalhadores não qualificados* perderam efectivos entre 2000 e 2005. Em contrapartida, no mesmo período, aumentaram os *Quadros superiores da administração pública*, *dirigentes e quadros superiores de empresa*

Estrutura da população empregada por grupo de profissões, Portugal, 2005

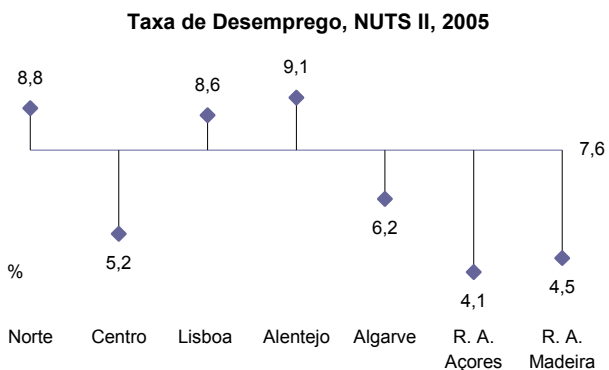


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Indicadores Sociais – 2005

(38%), os *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* (31%), e os *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (16%).

A taxa de desemprego atingiu 7,6% em 2005, sendo mais elevada nas mulheres (8,7% contra 6,7% nos homens) e no grupo etário dos 15-24 anos (16,1%). Por regiões, o Alentejo continuou a registar a taxa mais elevada (9,1%), enquanto que a mais baixa se situou na Região Autónoma dos Açores (4,1%).



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A taxa de desemprego para a União Europeia, em 2005, situava-se acima do valor nacional, embora a menor distância do que nos anos anteriores, uma vez que desceu de 9% em 2003 e 2004 para 8,8% em 2005. Este decréscimo foi sentido para ambos os sexos, situando-se em 7,9% nos homens e em 9,9% nas mulheres, e por grupo etário, nos indivíduos com menos de 25 anos e a partir daquela idade com, respectivamente, 18,6% e 7,4%.

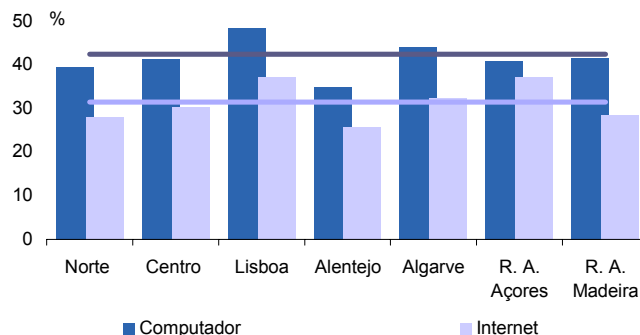
A proporção de inactivos na população empregada desceu ligeiramente no período em análise: de 99 inactivos por cada 100 empregados, em 2000, para 98, em 2005. Os estudantes representavam, em 2005, 33,4% do total da população inactiva, que, juntamente com os reformados (32,8%) perfaziam cerca de 66% do total da população inactiva; no entanto, entre 2000 e o último ano em análise, a primeira categoria diminuiu 1,2% e a segunda aumentou 8%. Por essa razão, a população com 45 e mais anos assume uma importância cada vez maior no total de inactivos, representando, em 2005, 45,2% do total.

Pesquisa de informação e comunicação são os principais objectivos na utilização da Internet

A posse de computador e a ligação à Internet por parte dos agregados domésticos continua a aumentar, embora a um ritmo menor, atingindo, em 2005, respectivamente, 42,5% e 31,5% dos lares portugueses. Comparativamente a 2002, esta evolução reflecte um aumento de 16 pontos percentuais em ambas as situações.

Na análise por NUTS II, pode verificar-se que Lisboa e Algarve detinham as maiores proporções de agregados domésticos com computador, enquanto que a ligação à

Posse de computador e ligação à Internet ⁽¹⁾ dos agregados domésticos, NUTS II, 2005



⁽¹⁾ independentemente do tipo de ligação

Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2005

Indicadores Sociais – 2005

Internet atingiu valores mais elevados em Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, registando esta última a menor diferença entre a posse de computador e a ligação à Internet. No extremo oposto, o Alentejo surge com as menores proporções num e noutro caso.

Para além destas duas tecnologias, refere-se a posse de telemóvel, que, em 2005, estava presente em mais de 80% dos agregados (mais 13 p.p. que em 2002) e a televisão por cabo, em cerca de 40% (25% em 2002), contrapondo-se à perda de importância relativa dos agregados com telefone fixo e televisão com antena convencional.

A proporção de utilizadores de computador e Internet aumentou igualmente face ao ano anterior: 39,6% dos indivíduos dos 16 aos 74 anos utilizaram computador e 32% estabeleceram pelo menos uma ligação à Internet, em 2005. A pesquisa de informação sobre bens e serviços e a utilização de correio electrónico constituíram os principais objectivos na utilização de Internet: ambos com 81% do total de utilizações no período em referência.

A difusão de tecnologias de informação nos estabelecimentos de ensino evoluiu de forma positiva, atingindo no último ano lectivo (2005/06) uma média de 9,4 computadores disponíveis por estabelecimento, elevando-se a 12,8 nos estabelecimentos de ensino privado; o número de computadores com ligação à Internet aumentou 15% entre os dois últimos anos lectivos, para uma média de 6,2 em estabelecimentos de ensino público e 9,8 nos de ensino privado.

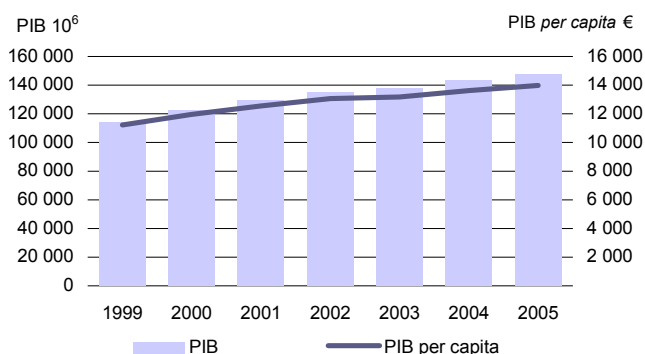
O número de alojamentos cablados, tal como o de assinantes de televisão por cabo continuam a aumentar, registando a região de Lisboa as proporções mais elevadas em ambas as situações. Foi nas regiões do Centro, Alentejo e Algarve, que mais aumentou o número de alojamentos cablados entre 2004 e 2005, enquanto que as regiões autónomas observaram o maior acréscimo em termos de assinantes de televisão por cabo.

A taxa de pobreza em Portugal atinge os 21% após as transferências sociais

O Produto Interno Bruto (PIB) por habitante aumentou 2,6% entre 2004 e 2005, atingindo, no último ano, o valor de 13.970 euros por habitante. No mesmo período, o consumo final total das famílias aumentou 4,6%, situando-se em 93,5 mil milhões de euros.

Em 2004, a taxa de pobreza em Portugal situava-se em 27%, quando medida antes das transferências sociais, e em 21% após as transferências, evidenciando, assim, a importância destas na atenuação do risco de pobreza.

Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* a preços correntes, Portugal, 1999-2005



Fonte: INE - Contas Nacionais (base 2000) e Estimativas da População Residente

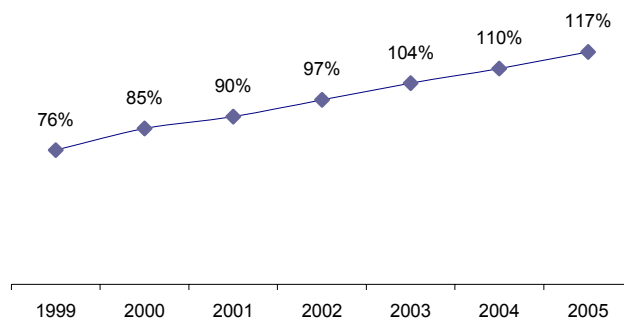
Indicadores Sociais – 2005

O Índice de Preços no Consumidor aumentou 2,3% em 2005, prosseguindo a tendência decrescente iniciada em 2002. Analisando o indicador por classes entre 2000 e 2005, destaca-se o seu aumento nos casos das despesas com *Educação* (37,6%) e *Transportes* (25,8%), e diminuição no caso as despesas com *Comunicações* (-3,9%).

Em 2005, o montante dos contratos de concessão de crédito à habitação aumentou 16%, situando-se nos 14,5 mil milhões de euros em Portugal. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira, embora representem apenas 2,3% e 2,5% daquele total, registavam um acréscimo superior à média nacional entre 2004 e 2005.

O endividamento dos particulares em relação ao rendimento disponível ultrapassou 100% em 2003 e continuou a aumentar, atingindo 117% em 2005.

Endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível, Portugal, 1999-2005



Fonte: INE e Banco de Portugal

Em 2004, receitas da protecção social superam as despesas em 2%

Em 2004, e pela primeira vez nos últimos 6 anos, as receitas da protecção social foram superiores às despesas em 837 milhões de euros (cerca de 2%). Esta situação não se verificou no regime da Segurança Social, cujas despesas foram superiores às receitas. Em termos de capitações, as receitas e despesas atingiam respectivamente 3546 € e 3467€. As funções *Velhice e sobrevivência* (47%) e *Saúde* (41%) representavam, no conjunto, 88% do total das despesas de protecção social.

Entre 2003 e 2004, o número de beneficiários do regime de segurança social diminuiu nas funções *Habitação* (-6%) e *Saúde* (-3%), aumentando nas restantes, sobretudo na função *Desemprego* (13%).

Casos notificados de SIDA diminuem 35% entre 2000 e 2005

Em 2004, as despesas públicas em saúde representavam 6,6% do PIB, revelando um ligeiro aumento face ao ano anterior.

Em 2005, o número de médicos ultrapassou 36 mil e o de enfermeiros 48 mil. No caso dos médicos, o aumento foi mais acentuado no que se refere ao sexo feminino, tendendo, assim, a diminuir a diferença entre os dois sexos: em 2000, por cada 100 médicos do sexo masculino existiam 81 do sexo feminino e, passados 5 anos, o número

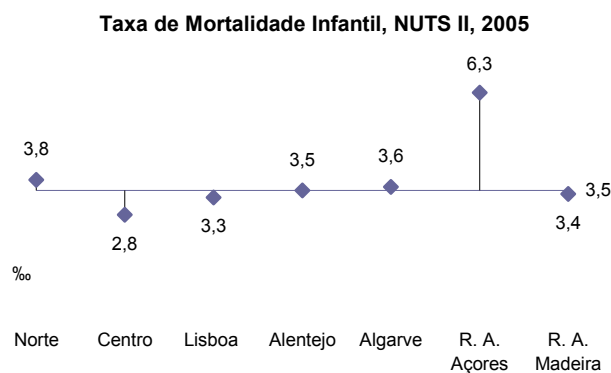
Indicadores Sociais – 2005

de médicas elevou-se a 89 por cada 100 homens com a mesma profissão. Em relação aos enfermeiros, a diferença entre os sexos é bastante mais acentuada, com sobre-representação das mulheres: por cada enfermeiro do sexo masculino, existiam, em 2005, 4,4 do sexo feminino.

Em 2005, a taxa de cobertura da vacinação antituberculose foi de 94,4% para as crianças com menos de 1 mês e 97,2% para as de menos de 1 ano. A taxa de incidência desta doença representa ainda um valor bastante elevado em Portugal, quando comparada com a da União Europeia, respectivamente : 37 e 13 por 100 000 habitantes em 2004.

Entre 2000 e 2005, os casos notificados de doenças de declaração obrigatória (DDO) diminuíram 61%. A tuberculose respiratória representava cerca de 50% do total de DDO. Os casos de SIDA diagnosticados em 2005 observam igualmente um decréscimo de 12,7% face a 2004, e de 35,3% no período em análise (2000-2005).

A taxa de mortalidade infantil voltou a baixar em 2005, situando-se em 3,5‰, ou seja, o valor mais baixo de sempre; correspondeu a menos 2 óbitos por mil nados vivos do que em 2000. Por regiões, destaca-se o Centro, com apenas 2,8‰, seguindo-se Lisboa (3,3‰). Na Região Autónoma dos Açores registou-se a taxa mais elevada (6,3‰), situação que se mantém desde 2004.

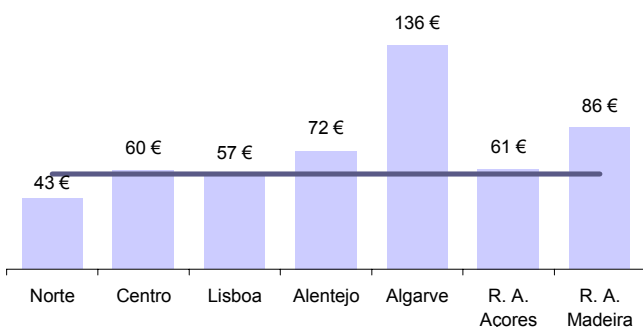


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A quantidade de águas residuais tratadas aumenta a uma média de 10% ao ano

Em 2004 a despesa pública em gestão e protecção do ambiente aumentou para 83€ por habitante, reflectindo um aumento de 2,5% face a 2003.

Despesas dos municípios por habitante em gestão e protecção do ambiente, NUTS II, 2004



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Indicadores Sociais – 2005

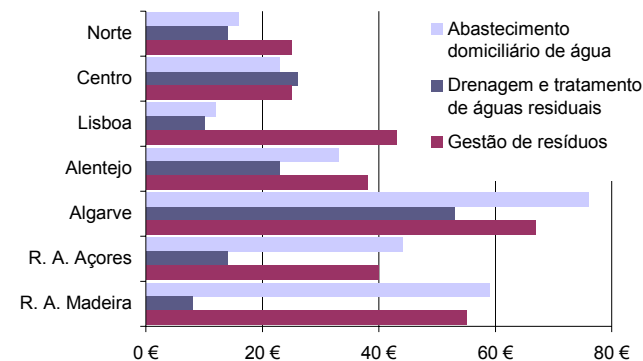
As despesas dos municípios nesta área também aumentaram, atingindo, em 2004, os 58€ por habitante. Por regiões, destaca-se o Algarve com um valor por habitante 2,3 vezes superior ao total do país, enquanto que o Norte registava o valor mais baixo (43€).

A análise destas despesas por domínios de gestão, permite afirmar que a *Gestão de resíduos* continua a representar a parcela mais importante, absorvendo 57%

do total das despesas, embora registasse uma diminuição entre 2003 e 2004.

Entre 2003 e 2004, o investimento dos municípios em saneamento básico diminuiu 12%, situação que ocorreu em quase todas as áreas, excepto na *Gestão de resíduos*, a qual aumentou cerca de 9%. Em contrapartida, a proporção da população servida por estes sistemas, continua a aumentar, atingindo, em 2004, 75% na *Drenagem de águas residuais* e os 62% no *Tratamento* das mesmas; o *Abastecimento de água* e a *Recolha de resíduos sólidos* mantinham os valores de, respectivamente, 92% e 100% do total da população.

Despesas dos municípios por habitante em saneamento básico, NUTS II, 2004



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Em 2004, as despesas municipais em *Gestão de resíduos* ascendiam a 33€ por habitante, um custo superior ao do *Abastecimento domiciliário de água* (22€ por habitante) e ao da *Drenagem e tratamento de águas residuais* (18€ por habitante). Esta repartição não era idêntica em todas as regiões, observando-se no Algarve e nas regiões autónomas um custo mais elevado, por habitante, no *Abastecimento domiciliário de água* face aos restantes sistemas de saneamento básico.

A quantidade de águas residuais que são alvo de tratamento continua a aumentar, a uma média de 10% ao ano, atingindo, em 2004, os 462,6 milhões de m³.

O consumo de água mantém-se, desde 2001, em 69m³ por habitante, destacando-se o Algarve e a Região Autónoma da Madeira com os consumos mais elevados, contrapondo-se ao Norte e ao Centro, com os menores consumos.

O número de actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) registou um aumento de 35,6% entre 2003 e 2004, devido sobretudo às actividades de *Ar & Clima*, que sextuplicaram, às de *Gestão de resíduos* e de *Biodiversidade & Paisagem*.

Número de hotéis aumenta 8% nos últimos 2 anos

A despesa das câmaras municipais em cultura aumentou 15% entre 2004 e 2005, situando-se perto dos 914 milhões de euros no último ano. O domínio *Jogos e desportos* constituiu a parcela mais importante, com cerca de 42% do total de despesas.

O número de edições anuais de jornais e revistas diminuiu nos últimos dois anos; no entanto, os dois tipos de

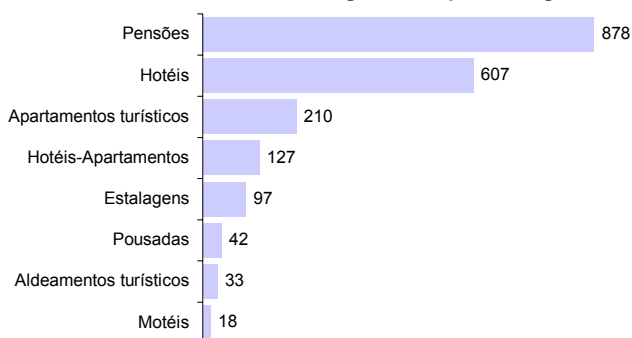
Indicadores Sociais – 2005

publicações registaram tendências opostas no que se refere ao número de títulos: o número de jornais não diários diminuiu 4,5% enquanto que o número de revistas aumentou 4,1%, especialmente nas de periodicidade bimestral e trimestral.

O número de espectáculos públicos continua a aumentar a um ritmo médio de 9,5% ao ano, ultrapassando os 743 mil em 2005. Por outro lado, a média de espectadores por sessão, apesar do ligeiro aumento entre 2004 e 2005 (35 espectadores), continua a registar um valor inferior ao observado em 2001 (50 espectadores), ano a partir do qual se inicia uma tendência de decréscimo. Esta tendência regista-se apenas nos espectáculos de *Cinema e Teatro*.

Entre 2000 e 2005, o número de estabelecimentos hoteleiros aumentou 13%, devido ao acréscimo do número de apartamentos turísticos (+43%) e do número de hotéis (+26%). As pousadas e motéis registaram tendência inversa, tendo o seu número decrescido naquele período (-9% e -5%, respectivamente). As pensões representavam o tipo de estabelecimento hoteleiro mais importante no país, mantendo alguma estabilidade relativamente ao seu número, mas perdendo importância relativa face ao total.

Estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo, Portugal, 2005



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria

A procura turística dos residentes continua a colocar o Algarve na primeira posição no que respeita às dormidas por motivo de lazer, recreio e férias: 29% do total de dormidas em 2005; observou-se, porém, uma perda de peso relativo a favor das regiões do Alentejo e do Centro, que passaram a representar, respectivamente, 13% e 26% do total daquelas dormidas.

Apenas 15% da população com 65 e mais anos viajou por motivo de lazer, recreio e férias. Esta proporção é mais elevada nos grupos etários mais jovens, especialmente nos indivíduos com 25-44 anos (38%).

Em 2005, cerca de 965 mil pessoas (9% da população residente) viajaram para o estrangeiro por motivos de lazer, recreio e férias (menos 1% que em 2004), dos quais 71% fizeram-no no espaço da União Europeia. A maioria dos turistas continuou a preferir Espanha como destino, à semelhança dos anos anteriores, porém com tendência a diminuir em detrimento de outros países da UE, como Alemanha e França, e para fora das fronteiras europeias.

Para a execução da publicação "Indicadores Sociais 2005" recorreu-se às seguintes fontes de informação:

INE – Estimativas da População Residente; INE – Estatísticas Demográficas; INE – Projecções de População Residente; EUROSTAT – Indicadores de Longo Prazo; INE – Inquérito ao Emprego; INE – Contas Nacionais; MCTES – Observatório da Ciência e do Ensino Superior; ME – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo; MTSS – Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; MTSS – Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento; INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias; INE/UMIC – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Hospitais; Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; ANACOM – Relatórios Estatísticos Trimestrais; ME – GIASE – Recenseamento Escolar Anual; INE/ANACOM – Inquérito às Telecomunicações; INE – Contas Regionais; INE – Índice de Preços no Consumidor; INE – Estudo do Poder de Compra Concelhio; EUROSTAT – Indicadores Estruturais; Banco de Portugal – Relatório Anual de 2005; Direcção-Geral do Tesouro; INE – Estatísticas da Protecção Social; MTSS – IIES – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade; MTSS – IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; MS – IGIFS – Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde; ISP – Instituto de Seguros de Portugal; INE – Estatísticas da Saúde; INSA – Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis; INE – Estatísticas do Ambiente; INR – Instituto dos Resíduos; Ministério da Justiça – Estatísticas da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento; INE – Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio; INE – Estatísticas do Turismo.

De uma forma geral, toda a informação apresentada nesta publicação encontra-se disponível em vários suportes de difusão, produzidos e divulgados pelo INE, aconselhando-se a consulta do site para maior http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=163 detalhe e eventual actualização de alguns indicadores apresentados.

Indicadores Sociais – 2005



Portugal acolhe, em Agosto de 2007, o maior congresso mundial na área da Estatística: a Sessão Bienal do *International Statistical Institute*, numa organização do INE com o apoio de diversas entidades.

Toda a informação em www.isi2007.com.pt

12/12